

**GRANDE CAPITAL E O SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA
EM UMA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL: PROPOSTA DE UMA
CARTOGRAFIA CATEGORIAL**

**GRAN CAPITAL Y EL SENTIDO DEL DESARROLLO CAPITALISTA EN UNA
FORMACIÓN ECONÓMICO-SOCIAL: PROPUESTA DE CARTOGRAFÍA CATEGORIAL**

**LARGE CAPITAL AND THE DIRECTION OF CAPITALIST DEVELOPMENT IN AN
ECONOMIC-SOCIAL FORMATION: PROPOSAL FOR A CATEGORIAL
CARTOGRAPHY**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i3.59877>

Gabriel Oliveira de Carvalho Senra¹

Resumo: A categoria de grande capital é central para a delimitação do sentido do desenvolvimento capitalista em determinada formação econômico-social, e buscamos demonstrá-lo com base no papel que cumpre na definição das referências setoriais, tecnológicas, organizacionais e produtivas para o conjunto da acumulação de capital. Da mesma maneira, o grande capital constitui o polo dinâmico do padrão de reprodução do capital, o qual estrutura as relações políticas entre as diferentes classes sociais e delimita o horizonte de possibilidades do exercício do poder político.

Palavras-chave: Grande capital. Padrão de reprodução do capital. Teoria da Dependência.

Resúmen: La categoría de gran capital es central para la delimitación del sentido del desarrollo capitalista en una determinada formación económico-social, y buscamos demostrarlo a partir del papel que juega en la definición de referentes sectoriales, tecnológicos, organizativos y productivos para toda la acumulación del capital. Del mismo modo, el gran capital constituye el polo dinámico del patrón de reproducción del capital, que estructura las relaciones políticas entre diferentes clases sociales y delimita el horizonte de posibilidades para el ejercicio del poder político.

Palabras-clave: Gran capital. Patrón de reproducción del capital. Teoría de la dependencia.

Abstract: The category of large capital is central to the delimitation of the direction of capitalist development in a given economic-social formation, and we seek to demonstrate it based on the role it plays in defining sectoral, technological, organizational and productive references for the entire accumulation of capital. In the same way, large capital constitutes the dynamic pole of the capital reproduction pattern, which structures political relations between different social classes and delimits the horizon of possibilities for the exercise of political power.

Keywords: Large capital. Capital reproduction pattern. Dependency Theory.

Introdução

Não são óbvias as particularidades do grande capital frente à diversidade de capitais. Também não é óbvio o motivo do grande capital assumir uma maior importância para a determinação do sentido da acumulação e do processo de desenvolvimento capitalista como um todo. Ao longo do século XX, a partir da obra de Lênin (1979 [1917]) e de sua interpretação pelos autores vinculados à *Monthly Review*, como Paul Sweezy e John Bellamy Foster, se consolidou na tradição marxista a defesa da *monopolização* como o processo que embasa a importância crescente dos grandes grupos industriais e financeiros no interior da sociedade capitalista. É evidente que a aglutinação de parcela cada vez maior dos recursos sociais nas mãos de umas poucas empresas gigantes, desdobrada das tendências à concentração e centralização de capital, é um fenômeno central da economia capitalista contemporânea, mas acreditamos que o uso indiscriminado da categoria monopólio tende mais a ocultar certas determinações do grande capital do que a elucidá-las.

Para além dos problemas de se partir sempre de um “nunca os monopólios estiveram tão grandes!”, esse tipo de interpretação cai na contraposição tipicamente neoclássica entre concorrência e monopolização. Não que Lênin tenha cometido este equívoco, mas é bastante costumeiro de quem utiliza desse arcabouço teórico acabar subestimando em muito o ímpeto impessoal da concorrência e como este é responsável por transformações importantes, não só no interior das relações de produção do grande capital como das estratégias de acumulação como um todo. O *monopólio* muitas vezes é tratado como um *monólito*, o que esconde transformações importantíssimas de sua estrutura proprietária, organizacional e produtiva, tal como as que aconteceram nos últimos cinquenta anos. Existe também a prática de transformar a categoria de monopólio em um conceito caótico, englobando relações de produção e apropriação de valor com conteúdo absolutamente distinto entre si, tal como apontou Smith (2016). *Monopólio*, em sua utilização original por Marx, é uma categoria que faz referência a relações de valor com sentido muito mais restrito que o conceito universal que normalmente é utilizado, em geral às custas de sucatear elementos de análise importantíssimos.

Claro que não se defende aqui o abandono da categoria *monopólio* para a análise do grande capital, muito pelo contrário: é retomando a discussão rigorosa desta categoria que é possível compreender sua importância real para a dinâmica concorrencial do grande capital, portanto para o sentido do desenvolvimento capitalista. Nos preocupamos, neste artigo, em pôr em evidência a categoria *grande capital*. Buscamos entender sua proeminência frente à diversidade de capitais e o porquê suas estratégias de acumulação têm uma maior importância para a determinação da trajetória de desenvolvimento capitalista das diferentes formações econômico-sociais. Nosso objetivo é construir uma “cartografia categorial” capaz de delimitar a centralidade do *grande capital* para a determinação do *sentido* do desenvolvimento capitalista e as suas relações com as categorias de *padrão de reprodução do capital* e *bloco no poder*. Assim conseguimos estabelecer as relações categoriais úteis para a análise do grande capital no movimento concreto de uma determinada formação econômico-social.

Dentro deste objetivo, procuramos em primeiro lugar operar um desdobramento da categoria de *grande capital* com base nas determinações básicas da concorrência intercapitalista apresentada por Marx em *O capital*. A partir da demonstração da *necessidade* de diferenciação interna entre os capitais, agregamos gradativamente uma série de determinações cada vez mais concretas que dão o conteúdo real do *grande capital*, suas particularidades e sua importância para a determinação do padrão de reprodução do capital. Desta maneira apresentamos uma noção relacional, dinâmica e complexa do *grande capital*, capaz de pôr em evidência muitos aspectos que são em geral escondidos pelo uso indiscriminado da categoria *monopólio*. Por fim, enfatizamos o papel estruturante do padrão de reprodução do capital sobre o bloco no poder, e assim os vínculos do grande capital com o Estado e seu papel na disputa e consolidação dos diferentes padrões de desenvolvimento.

Grande capital e concorrência

A força objetiva que impõe a diferenciação interna entre os capitais é a concorrência. O primeiro passo para entender a necessidade do grande capital, portanto, é entender o conteúdo real desta força impessoal.

A reprodução material da sociedade capitalista é mediada pela atividade de produtores privados independentes entre si. Dessa forma historicamente particular do trabalho social se impõe uma dinâmica impessoal, resultante da ação mútua de cada um dos indivíduos, e da qual se desenvolvem um conjunto de tendências que compõem as legalidades mais gerais do modo de produção capitalista. A *lei do valor* é o resultado dessa configuração social específica, e o impulso expansivo do capital, sua contradição com a força de trabalho, a lei geral da acumulação capitalista, todos esses elementos são desdobramentos necessários desse imperativo impessoal que dela se desenvolve (Bonente, 2016, p. 40). A apresentação dessas legalidades, características *gerais* do capitalismo, foi o objetivo de Marx em *O capital*.

A concorrência, em seu mais alto grau de abstração, é essa força impessoal, resultado da “ação recíproca dos vários capitais uns sobre os outros” (Marx, 2011, p. 338), que tanto determina o conteúdo das relações capitalistas quanto impõe sua manifestação. Ela está presente desde o primeiro capítulo de *O capital*, explicitamente afirmada ou sendo pressuposta em todos os desdobramentos categoriais posteriores, ela é a força que impõe o desenvolvimento e expressão das determinações básicas do modo de produção capitalista. Por exemplo, logo quanto Marx discute, em altíssimo nível de abstração, a relação entre valor e trabalho, ele demonstra que a determinação quantitativa do valor de uma mercadoria não é diretamente relacionada ao tempo de trabalho de um produtor individual, mas sim ao tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Aqui fica evidente que essa tendência, impessoal e não-teleológica, de nivelar o valor das mercadorias de acordo com as condições médias de produção é imposta pela concorrência entre produtores que disputam entre si a realização de suas mercadorias (Marx, 1988, p. 48). Assim, a concorrência não é um elemento a ser incorporado posteriormente na estrutura analítica de *O capital*, muito pelo contrário: *ela é o princípio, ela é onipresente*.

Outro exemplo importante aparece quando Marx estuda o mesmo fenômeno, só que em um momento posterior da apresentação. A afirmação da tendência à nivelção do valor de mercadorias produzidas por capitais com diferentes níveis de produtividade permite a apropriação pelos capitais mais produtivos de um mais-valor extraordinário, isto é, de uma parcela de mais-valor superior à produzida pelos trabalhadores diretamente comandados por eles em detrimento dos capitais menos produtivos. Esse fenômeno tem importância ímpar, já que por meio dele descobrimos que a concorrência intercapitalista impõe de forma não-intencional o desenvolvimento acelerado das forças produtivas, qualidade básica desse modo de produção (Marx, 1988, pp. 239-242).

Um elemento que também fica evidente nesse exemplo é como a concorrência impõe legalidades que não levam a uma tendência de homogeneização entre os produtores, um resultado clássico da economia neoclássica. Antes, ela é em si um agente de *reforço* das desigualdades existentes entre os diferentes capitais: os capitais mais produtivos se apropriam de um mais-valor extraordinário, o que potencializa sua acumulação e amplia sua escala de produção, o número de máquinas e pessoas por ele comandadas. As diferenças de produtividade levam a diferenças na capacidade de apropriação de valor, que ampliam as diferenças de produtividade e assim por diante. Descobrimos, assim, que as legalidades capitalistas derivadas de sua ação impessoal não só atuam em meio das desigualdades, como determinam a diferenciação contínua entre os agentes, afirmando uma estruturação desigual no interior da multiplicidade de capitais.

Essa é uma problemática clássica, tipicamente marxista: demonstrar como o desenvolvimento desigual é o resultado endógeno da atuação das tendências gerais deste modo de produção. A *necessidade* da diferenciação crescente entre as distintas partes que compõem as relações capitalistas é uma discussão básica das teorias marxistas do imperialismo, tal como apresentado desde muito cedo por Lênin, mas extravasa para todos os campos de pesquisa: para as determinações próprias do Estado, da linguagem, da arquitetura. Assim, o desenvolvimento desigual, para além de resultado da síntese das legalidades particulares, e, portanto, do comportamento heterogêneo das diferentes esferas da totalidade da vida social (Bonente, 2016, p. 37), é também resultado *necessário* das legalidades operantes no interior de um mesmo complexo, como o conjunto das relações de produção.

Vimos que no interior de um mesmo setor os capitais mais eficientes, isto é, com menores custos unitários de produção, se apropriam de um mais-valor extraordinário. Esse papel é tendencialmente ocupado pelos capitais maiores, com maiores escalas de produção e composição orgânica do capital, que desta forma *regulam* as condições sociais de produção ao estabelecerem um parâmetro que puxa (mas não é em si) a taxa média de lucro do setor. As condições de produção destes *capitais reguladores* são o ponto de referência geral da disputa concorrencial no setor ao delimitarem os preços líderes a serem perseguidos pelo conjunto dos capitais, e a taxa de lucro destes capitais mais eficientes que é o alvo dos novos investimentos (Shaikh, 2016). São as taxas de lucro dos capitais reguladores dos diferentes setores que tendem a conformar um gradiente em torno de uma média emergente por meio da disputa concorrencial. Fica evidente daí que a concorrência intersetorial tende a equalizar a taxa de lucro dos

capitais nas melhores condições de produção em cada indústria. Essa equalização das taxas reguladoras de lucro determina a apropriação de maiores margens de lucro pelos setores de maior relação capital/produto, em acordo com seu maior grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Os capitais mais eficientes tendem a ser os com maior grau de concentração e centralização, que concorrem entre si de maneira intensa pela apropriação do lucro extraordinário produzido no interior dos diferentes setores. Assim, a concorrência enquanto força impessoal ganha novas determinações a partir da desigualdade concreta entre os capitais, e especialmente a partir da atuação do grande capital, operando, de acordo com Shaikh (2016), como “concorrência real”. A primeira característica particular do grande capital, assim, é essa capacidade não só de maior apropriação de mais-valor devido a suas vantagens de escala e técnica, como de disputa sobre os investimentos de novos setores devido à suas vantagens de centralização de recursos e mobilidade intersetorial. Para Marini,

O crescimento geral da economia tende a estabelecer uma taxa média, e o movimento dos distintos capitais individuais tende a burlar a taxa média tendencial mediante os lucros extraordinários. No entanto, não basta ser um capital individual para poder alcançar esse resultado, é necessário ser um capital individual com condições para fazê-lo. Essas condições não são próprias da esfera de atividade em que operam (se fosse assim, todos os capitais tratariam de emigrar a outras esferas, abandonando as de baixa rentabilidade), mas sim da magnitude, da capacidade tecnológica e financeira, do poder de mercado e das conexões internacionais de cada capital. Mais que pensar em uma estrutura vertical de taxas de lucros segundo as esferas de atividade econômica, devemos pensar em uma estrutura de cortes horizontais que correspondem aos grandes capitais, médios e pequenos, cabendo normalmente aos primeiros (sejam nacionais ou estrangeiros) os lucros extraordinários. (Marini, 1982. Tradução nossa.)

O grande capital é quem tendencialmente ocupa o papel de capital regulador no interior da concorrência real, o que significa que em suas estratégias de acumulação ele *ativamente* estabelece o ponto de referência produtivo, organizacional e tecnológico que se constitui como parâmetro para o conjunto dos capitais. Ao fazê-lo, ele também puxa o *sentido* do desenvolvimento capitalista, delinea a trajetória perseguida pela reprodução ampliada. Nas palavras de Lessa,

não são as qualidades "técnicas" intrínsecas de uma indústria em relação a outras que fixam sua hierarquia no movimento de expansão capitalista. Os padrões de industrialização podem ser de tipo vário. Dominam seu movimento os capitais que controlam as frentes onde se geram as grandes massas de lucros e que buscando suas frentes de reprodução ampliada reiteram seu domínio nos setores onde já estão instalados e/ou abrem novas frentes de expansão. (Lessa, 1988, p. 177)

Shaikh (2016, p. 272) faz duas considerações importantes que permitem avançar na compreensão da *concorrência real*. Em primeiro lugar, ele observa que em setores que pressupõem maiores volumes de investimento inicial existem maiores custos de entrada e de saída, o que permite às firmas já estabelecidas maior flexibilidade para absorver as flutuações de oferta e demanda menos via variações de preços e mais por ajustes no grau de utilização da capacidade. Daí a maior estabilidade de preços e maior grau de capacidade ociosa alcançada pelos grandes capitais destes setores, do que se deriva uma menor variabilidade da taxa de lucro dos novos investimentos. Este resultado, apesar de próximo de

vários conceitos do pensamento econômico heterodoxo, não é de um ponto de vista rigoroso em si uma evidência de condições monopolistas de produção, o que nos leva à segunda consideração de Shaikh. Ele adverte que as condições reguladoras são as melhores condições de produção *reprodutíveis*, isto é, aquelas ao alcance de novos investimentos e que vão servir para arrastar as médias sociais de taxas de lucro e preços de produção. Quando da presença de condições não-reprodutíveis (como no exemplo mais bem trabalhado por Marx, as melhores terras cultiváveis), os produtores que as possuem vão se apropriar de maiores margens e taxas de lucro. Essas condições podem ser não-reprodutíveis por questões naturais (como a disponibilidade de terras), mas é evidente que são crescentemente determinadas por relações puramente sociais, como pela violência militar ou pelo arcabouço jurídico burguês. O *monopólio*, portanto, permite a apropriação de taxas de lucro consistentemente acima da média das taxas de lucro reguladoras, o que conduz à apropriação de um quanto superior de mais-valor, este o conteúdo quantitativo das rendas monopolistas.

As relações derivadas do monopólio de algum fator de produção não-reprodutível baseiam a apropriação de rendas monopolistas, mas de forma alguma são um obstáculo à consecução da concorrência. Pelo contrário, se mantém de maneira geral o impulso de desenvolvimento das forças produtivas tanto pelo pior quanto pelo melhor produtor, justamente pela busca de ampliar (ou garantir) o *quantum* de mais-valor apropriado. Distinguir as diferentes formas de apropriação de valor sem jogá-las em um grande guarda-chuva teórico da “monopolização” é um movimento importante, essa delimitação categorial é necessária porque esses diversos fatores de produção não-reprodutíveis também tendem a ser centralizados pelo grande capital. Às particularidades do grande capital já discutidas agregamos agora, portanto, duas características adicionais: a maior estabilidade de suas margens de lucro devido à flexibilidade de acomodação aos ciclos e choques de oferta e demanda e a capacidade de sustentação de taxas de lucros consistentemente acima das taxas de lucro reguladoras quando da posse de algum fator de produção não-reprodutível. Desta maneira, as características distintivas do grande capital não são resultado da negação da concorrência, mas antes desdobramentos do desenvolvimento desigual da concorrência real e do *reforço* de sua posição na concorrência pela concentração e centralização de recursos.

A noção mais abstrata de concorrência que discutimos alguns parágrafos atrás ganha densidade com a incorporação da diferenciação entre capitais e a emergência do grande capital no horizonte de análise. O grande capital potencializa a concorrência por centralizar recursos produtivos e por encampar vantagens financeiras, produtivas, técnicas, organizacionais e monopólicas, dinamizando a acumulação de capital e, portanto, a efetivação do conjunto das legalidades capitalistas (Corrêa, 2012, p. 39-40). Assim, a concorrência real é concretizada como um processo de disputa violenta encampada por capitais de portes distintos, que leva não a um estado de equilíbrio, mas à afirmação de tendências *em meio* à essa turbulência sistêmica (Shaikh, 2016). No sentido contrário, a concorrência real reforça a diferenciação interna entre os capitais e determina a centralidade do grande capital para a delimitação do sentido do desenvolvimento capitalista.

Concorrência e padrão de reprodução

A concorrência real, entretanto, não se dá no vazio. O grande capital só é capaz de responder aos seus impulsos de acordo com os limites e possibilidades das formações sociais em que se insere, ou seja, de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas, o tamanho e disponibilidade dos mercados, as relações historicamente legadas de produção, circulação e distribuição, o grau de organização e mobilização das diferentes classes, a estrutura desigual do mercado mundial, a forma que assumem o aparato jurídico e institucional, entre diversos outros elementos. A estratégia e dinâmica do grande capital, ou seja, as relações de financiamento, produção, circulação e realização nas quais se insere, as vias de apropriação de mais-valor e sua própria organização interna, tudo isso é constituído como sua *resposta ativa* frente à pressão concorrencial em condições historicamente dadas. É em todos os seus aspectos moldado pela busca incessante de sobreviver e acumular em meio à concorrência real. Nas palavras de Hussein,

Uma empresa não pode ser tratada simplesmente como um dado empírico, já que o fato de que as condições de sua reprodução não são produzidas em seu interior implica que os fatores que determinam o que e quanto ela produz não podem ser analisados se nos restringirmos à análise da empresa. A empresa deve ser tratada como uma entidade que é produzida e reproduzida pelos fatores e relações que abrangem toda a economia. (Hussein, 1976, p. 7. Tradução nossa)

Por meio dessa resposta ativa o grande capital estabelece um ponto de referência para o conjunto dos capitais, dá o sentido do *padrão de desenvolvimento* assumido pela reprodução ampliada em um período historicamente delimitado do mercado mundial capitalista. Em outras palavras: ao constituir as relações de produção, circulação e apropriação de valor que são a referência geral da acumulação de capital, o grande capital dá um *sentido* ao desenvolvimento capitalista. As estratégias de acumulação do grande capital no interior do mercado mundial são o ponto de referência organizacional, produtivo e tecnológico que em si delimitam as características particulares mais gerais de uma fase de desenvolvimento capitalista.

As diferentes fases (ou padrões de desenvolvimento) contém em si contradições fundamentais que levam tendencialmente a seu esgotamento e a crises gerais de acumulação, e cuja resolução é ao mesmo tempo a emergência de outros padrões de desenvolvimento. Na busca de recolocar suas condições de acumulação, o grande capital passa a ocupar setores distintos, a assumir outras relações de financiamento, produção, circulação e apropriação de mais-valor, outro tipo de internacionalização produtiva, de organização interna. Esses elementos ditam novas formas de estruturação da totalidade das relações capitalistas, não só mediante as respostas dos diversos capitais, como também por determinar transformações importantes na divisão internacional do trabalho, nas esferas política e cultural, e na dinâmica da luta de classes.

Retornando o tema do desenvolvimento desigual, já mencionamos que este é um problema clássico das teorias marxistas do imperialismo. O processo histórico de espraiamento das relações capitalistas de produção e a operação das legalidades capitalistas no âmbito do mercado mundial ossificaram não somente uma heterogeneidade entre capitais, mas do conjunto das formações econômico-sociais capitalistas. No interior da constituição do capitalismo global, a concorrência

estruturou uma série de mecanismos de transferência de valor e de subordinação produtiva e financeira que levou à diferenciação entre países imperialistas e países dependentes.

As economias dependentes apresentam legalidades particulares de acordo com esse quadro condicionante do mercado mundial, se definindo, portanto, como um tipo específico de capitalismo. Nelas, as legalidades gerais do capitalismo se expressam de forma mediada pelos condicionantes do desenvolvimento desigual, dos mecanismos de transferência de valor e de subordinação produtiva e financeira (Marini, 2004). Mas mesmo essas legalidades particulares da economia dependente se concretizam de maneiras diversas em regiões e períodos históricos distintos. A categoria de *padrão de reprodução do capital* é uma mediação entre essas determinações mais gerais e o funcionamento concreto das diferentes formações sociais que compõem a periferia do capitalismo.

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), *integrando o processo de valorização* (incremento do valor e do dinheiro investido) *e sua encarnação em valores de uso específicos* (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram. (Osorio, 2012, p. 40-41. Grifos do autor).

O padrão de reprodução do capital é, desta maneira, o conjunto de relações que os diversos capitais estabelecem entre si, com as demais classes e com o Estado para garantir sua reprodução ampliada em um momento específico do mercado mundial capitalista (o *padrão de desenvolvimento* prevalecente) e de acordo com os determinantes particulares das economias em que atuam, sejam elas imperialistas ou dependentes. Da totalidade de relações que os diversos capitais podem estabelecer, são mais importantes: a. a origem do capital-dinheiro que inicia o ciclo produtivo (lucros retidos, empréstimo bancário, mercado de títulos, financiamento público, IED, etc.); b. as condições do mercado de trabalho (preço da força de trabalho, grau de qualificação, nível de organização e mobilização operária, jurisdição trabalhista) e de oferta de meios de produção (disponibilidade, custo e origem de matérias-primas, insumos intermediários e bens de capital), além da forma de acesso às condições produtivas mais eficientes (tecnologia e assistência técnica); c. as condições de produção (tipo de valor de uso produzido, técnicas disponíveis, formas de organização do processo de trabalho, produtividade, jornada e intensidade do trabalho, infraestrutura); d. as condições de realização (infraestrutura para a circulação de mercadorias, relações intersetoriais de compra e venda de mercadorias, estrutura de gasto produtivo e improdutivo das diferentes classes vinculada à sua posição relativa na apropriação de valor, importância do mercado interno e do mercado externo, papel do Estado para a sustentação da demanda agregada); e. condições de distribuição do valor produzido (distribuição intercapitalista do mais-valor, sistema tributário) (Marini, 2012; Osorio, 2012).

É a concorrência real no interior de cada fase histórica do mercado mundial que vai delimitar as vias da acumulação de capital de acordo com as legalidades próprias às economias imperialistas ou dependentes, estruturando um padrão de reprodução do capital correspondente e as estratégias

adequadas dos capitais particulares. De nossa discussão anterior é fácil entender essa força condicionante é exercida em grande parte pelos grandes capitais dos países imperialistas, cujas vantagens produtivas, financeiras e organizacionais tanto determinam quanto são ampliadas pelo funcionamento desigual do mercado mundial. Sua ação condicionante se dá pelo estabelecimento dos parâmetros da concorrência real por dominarem os setores dinâmicos, por delimitarem os custos, preços e técnicas competitivos, pela ação direta de sua internacionalização, disputando mercados, introduzindo novos setores e técnicas, forçando formas de associação, e por agirem enquanto monopólios em sentido estrito, centralizando uma série de ativos não-reprodutíveis resultantes da propriedade de recursos naturais ou dos frutos do avanço científico e tecnológico. Vale considerar que as próprias multinacionais, por alcançarem uma posição única no mercado mundial, aglutinam uma série de competências produtivas, organizacionais e estratégicas não passíveis de reprodução. Estas podem ser desdobramento orgânico de sua posição única no mercado mundial ou podem ser balizadas pela atuação jurídica ou militar dos Estados imperialistas. Assim, as multinacionais assumem posições monopólicas *justamente* por atuarem enquanto os capitais reguladores no âmbito do mercado mundial.

O grande capital dos países imperialistas assume esse caráter de força estranhada, representando para as formações dependentes a coisificação da força externa do mercado mundial ainda que esteja profundamente arraigado em sua estruturação interna. Vale notar, neste contexto, que o imperialismo, nem mesmo no quadro limitado de nossa análise, se resume à atuação de um grande capital específico. Como vimos, as relações imperialistas são consequência do movimento histórico da concorrência real no mercado mundial que impôs a diferenciação entre os capitais, e, portanto, entre as formações econômico-sociais. A atuação de uma multinacional, por exemplo, é imperialista na medida em que contribui para a expansão dessas relações. Portanto, o que conta para a diferenciação rigorosa entre imperialismo e dependência é, antes de qualquer coisa, a análise do funcionamento diferenciado da totalidade das formações sociais, e não dos capitais individualmente considerados.

Apesar da ação conjunta da totalidade dos capitais esboçar ao longo do tempo quais são as vias principais de acumulação numa economia dependente, também em seu interior os capitais de diferentes tamanhos ocupam posições absolutamente distintas. Dentro do horizonte de possibilidades da estratégia de acumulação do grande capital dos países imperialistas e da estrutura dependente historicamente legada, o grande capital dos países dependentes também delineia ativamente suas estratégias de acumulação e busca se inserir nos setores e ramos com maiores taxas de lucro. O sentido do padrão de reprodução do capital no interior de uma formação social periférica é dado pela ação conjunta do grande capital imperialista e do grande capital das economias dependentes. Eles encampam os setores dinâmicos que agem como centro gravitacional dos demais ramos e capitais.

Em situações históricas específicas, ainda que o capital assuma essas formas por ramos e/ou setores produtivos diferenciados, não se deve perder de vista que são alguns setores e ramos que atraem os maiores e mais importantes investimentos à medida que se constituem em eixos da acumulação e da reprodução do capital. Isso significa que, considerando o tempo histórico, o capital não privilegia sempre os mesmos setores ou ramos como motores de seu processo de valorização. (Osorio, 2012, p. 41. Grifos do autor.)

Vale enfatizar que o *padrão de reprodução do capital* não é o *padrão de reprodução do grande capital*, mas que a análise deste último é indício do *sentido* que orienta o padrão mais geral. É fácil imaginar uma economia em que parte da produção agrícola seja dominada por pequenas unidades produtivas, que se subordinam de maneira apenas indireta a grandes grupos da indústria alimentícia. A ação do grande capital não esgota de forma alguma o conjunto das principais relações econômicas de um padrão de reprodução, mas é ela que dá a este último um direcionamento dinâmico. Daí a centralidade da pesquisa científica sobre a dinâmica e estratégia de acumulação do grande capital.

Tal como os padrões de desenvolvimento do mercado mundial, os padrões de reprodução do capital das economias dependentes contêm uma historicidade particular, têm sua trajetória marcada por contradições que levam tanto ao auge quanto ao esgotamento e crise de determinados caminhos da acumulação do grande capital. Essas fases são influenciadas, porém de forma alguma correspondem mecanicamente às fases mais gerais do capitalismo global. As determinações do mercado mundial influenciam a economia dependente *apenas* na medida em que são mediadas por suas legalidades próprias, ou seja, em que são internalizadas e afetam a acumulação de capital (Souza, 1982).

Por fim, uma última consideração sobre a historicidade dos padrões de reprodução. Comparando algumas das primeiras conceituações sobre a categoria padrão de reprodução do capital (Marini, 1982; Souza, 1982) com as sistematizações mais recentes (Osorio, 2012), uma ambiguidade fica aparente. Enquanto nas primeiras a noção de padrão de reprodução era utilizada fazendo referência a períodos muito mais curtos, tal como a um padrão de reprodução do milagre econômico brasileiro, Osorio (2012) tende a defender seu escopo para fases históricas bem mais amplas, distinguindo, do final do século XIX até os dias atuais, a existência de apenas três padrões de reprodução nas economias dependentes latino-americanas.

É possível racionalizar essa ambiguidade da seguinte maneira: de um ponto de vista mais geral dos padrões de desenvolvimento do mercado mundial, ou seja, dos aspectos mais gerais do padrão tecnológico predominante, da forma de organização das grandes empresas, do tipo de intervenção estatal, das grandes ondas históricas de mobilização da classe trabalhadora, entre outros elementos, existem permanências de longo prazo que permitem defender sua particularidade enquanto fase histórica do modo de produção capitalista. Na medida em que o padrão de reprodução das economias dependentes é condicionado por essas características gerais do *padrão de desenvolvimento* e as sintetiza com a suas determinações internas historicamente legadas, este também apresenta certas particularidades de mais longo prazo. Neste sentido, é possível pensar a viragem para o mercado interno, o esforço industrializante e a capacidade de coordenação e ação do Estado como alguns dos elementos gerais de um padrão de reprodução em voga no Brasil dos anos 1930 até a década de 1980. Podemos chamar este de um padrão *longo* de reprodução do capital. Ao mesmo tempo, é evidente que o esforço industrializante abarcou setores distintos ao longo do tempo, que a forma de participação do capital estrangeiro, que a força e os instrumentos à disposição do Estado também foram se transformando. É fácil compreender em que essas fases historicamente mais amplas também abarcam uma sucessão de padrões *curtos* de

reprodução do capital, em que aparecem as determinações das diferentes conjunturas do mercado mundial, os ciclos internos de acumulação da economia dependente e os embates específicos da luta de classes.

Padrão de reprodução e o bloco no poder

As estratégias do grande capital e a constituição do sentido do desenvolvimento capitalista dependem da ação de um complexo extraeconômico capaz de embasar a dominação burguesa a partir da reprodução material, política, ideológica e cultural da sociedade. O *Estado* atua sobre a série de contradições cotidianamente repostas pelo capitalismo que ameaçam a estabilidade social e a reprodução ampliada do capital. O Estado intervém sobre essas contradições dando-lhes flexibilidade suficiente para a manutenção da ordem burguesa, porém de forma alguma eliminando sua existência.: *A essência e particularidade* do Estado no capitalismo é ser o centro de condensação e reprodução das redes e relações do poder político, este entendido como a capacidade de determinada classe social levar adiante seus projetos e interesses particulares em detrimento de outra classe (Lênin, 2007, p. 27; Osorio, 2019, p. 29). As estratégias do grande capital dependem e o sentido do desenvolvimento capitalista, da mesma maneira, dependem da ação direta do Estado na garantia das condições econômicas, tecnológicas e sociais adequadas à sua realização plena.

O Estado capitalista somente consegue exercer esse papel porque *aparece* como uma instituição conformada pelo acordo comum de indivíduos iguais entre si, o que lhe permite impor determinados projetos como se fossem síntese dos interesses de toda a sociedade. Esse ocultamento do caráter de classe que é pressuposto para o funcionamento adequado da relação de dominação entre classes é possível pela ruptura entre a economia e a política no interior da sociedade capitalista, consequência da capacidade de reprodução “puramente econômica” das relações de exploração iniciada com a expropriação e mercantilização da força de trabalho (Wood, 2014; Osorio, 2019). Essa aparência é o que embasa *de partida* a construção do *consenso*, inclusive dos dominados, em torno da legitimidade do Estado. Assim, o Estado consegue exercer sua função de fundamentar a dominação burguesa por ser o espaço básico de criação do consenso e de concentração da violência (*coerção*), a qual também ratificada pelo imaginário da comunidade estatal e pela ação de outros aparelhos de hegemonia (Osorio, 2019).

As classes dominantes, entretanto, não são um todo homogêneo, e abarcam grupos com interesses particulares e contraditórios entre si. Seguindo a contribuição de Osorio (2019), a articulação particular entre classes, frações e setores de classe que embasa a dominação política em determinada formação econômico-social num período historicamente contingente é o *bloco no poder*. Uma classe, fração ou setor de classe é *hegemônica* quando consegue impor seu projeto no interior do bloco no poder e sobre o conjunto da sociedade, se utilizando da *coerção* e do *consenso* e se balizando em acordos tanto com setores das classes dominantes quanto das dominadas (Osorio, 2019, pp. 46-49).

São os setores mais favorecidos pela reprodução do capital, ou seja, aqueles que se encontram na *fronteira* da acumulação de capital e nos espaços de maior lucratividade os que ocupam o papel classe hegemônica em determinado período histórico. *As articulações particulares entre diferentes capitais e classes que conformam o padrão de reprodução de capital são, desta maneira, a base estruturante do bloco no poder, ou, no mínimo, o quadro geral que delimita o horizonte de possibilidades de exercício do poder político.* Assim, as convergências e contradições de interesses entre classes, frações e setores de classe no interior de determinado padrão de reprodução do capital delimitam as possibilidades de articulação em torno dos projetos das classes hegemônicas, em geral representadas por fração ou frações do grande capital.

A categoria padrão de reprodução do capital serve, neste sentido, para entender o porquê da continuidade da distinção entre diferentes frações de classe no interior do grande capital. No debate sobre a financeirização das grandes corporações industriais, parte das contribuições marxistas considera que uma das características do que denominamos *padrão de desenvolvimento neoliberal* é o caráter cada vez mais *genérico* da ação do grande capital e de seus métodos de apropriação do mais-valor, com uma indistinção prática entre lucros, juros, renda e ganhos de capital para sua acumulação. O *finance capital* (Chesnais, 2016) seria justamente essa convergência entre as distintas formas funcionais do capital devido à multiplicidade setorial de ação das grandes corporações, expresso, por exemplo, na financeirização crescente dos ativos das corporações industriais.

Fato é que os grandes grupos, a despeito da diversificação e financeirização das formas de apropriação do mais-valor, continuam vinculados a relações de produção, circulação e realização específicas, de acordo com os setores em que seu núcleo central de atividades está inserido. A posição que ocupam em determinado padrão de reprodução do capital e as estratégias de acumulação que estes grupos assumem, ambas construídas frente à coerção da concorrência real, garante a diferenciação do grande capital em distintas frações de classe, balizando também as convergências e divergências de seus interesses materiais. Por isso que ainda faz sentido em falar em grande capital industrial, comercial ou financeiro, e por isso os grandes grupos ainda se organizam em torno de entidades representativas diferenciadas (a CNI, a FEBRABAN etc.), apesar da convergência de aspectos importantes de suas estratégias de acumulação.

O grau de adequação do projeto político *realmente* implementado e os interesses particulares das classes hegemônicas, além da posição relativa de cada classe, fração e setor de classe no interior do bloco no poder e o quanto de seus interesses específicos são expressos nas ações do Estado dependem do grau de organização e da capacidade de disputa política de cada grupo das classes dominantes e das classes dominadas. É a correlação de forças no terreno da luta de classes, a qual abarca aspectos da disputa política, cultural e ideológica, que determina a possibilidade do consenso (via mediações e concessões) e a necessidade da coerção adequadas à imposição de determinado projeto de desenvolvimento, variando sua estabilidade e durabilidade de acordo com a capacidade de imposição das classes hegemônicas e dos instrumentos de que se utiliza.

Ao mesmo tempo, é o tipo de exercício da hegemonia (a dosagem entre *coerção* e *consenso*), a configuração do bloco no poder e os limites e contradições de cada padrão de reprodução que delimitam os métodos, os objetivos e o escopo de ação do Estado, portanto a configuração historicamente específica do conjunto de instituições que configuram o aparato de Estado e seus instrumentos de intervenção. Carlos Lessa é explícito sobre este ponto ao tratar do padrão de desenvolvimento capitalista imposto pelo Estado da ditadura empresarial-militar:

A industrialização brasileira se processa dentro de um padrão de desenvolvimento associado. Este padrão não exclui o capital nacional. Ele se concentra nas órbitas não industriais e mesmo nela tem um lugar garantido. Apenas não é hegemônico, mas sim um sócio menor. *Base industrial e Estado são criaturas do próprio padrão*”. (Lessa, 1988, p. 234. Grifos nossos)

Neste quadro, ao mesmo tempo em que a política econômica é um dos instrumentos fundamentais para embasar a reprodução do capital, ela é também objeto de disputa entre as diferentes classes e frações de classes presentes do bloco de poder, em acordo com quais serão os agrupamentos mais favorecidos pela política estatal (Osorio, 2012). Em síntese, a forma e as funções que o aparato de Estado historicamente assume em cada formação econômico-social estão intimamente relacionadas ao padrão de reprodução do capital vigente e à configuração do bloco no poder. Harry Magdoff trata pormenorizadamente deste ponto ao analisar o caso concreto da indústria americana e sua relação com a intervenção militar dos Estados Unidos durante as guerras da Coreia e do Vietnã:

As exportações e os gastos militares exercem uma influência central na economia porque fortalecem um centro estratégico da estrutura industrial existente. Isto é especialmente importante porque o investimento empresarial não é, como muitas vezes se pensa, um fluxo que flui livremente. Existe uma interdependência definida entre a) o patamar existente de salários, preços e lucros, b) a estrutura industrial (os tipos de indústrias interrelacionadas, cada uma estruturada para ser lucrativa na escala dos mercados internos e externos acessados), e c) a direção dos novos investimentos. Em termos mais simples, existem motivos importantes para que os investimentos fluam na direção em que fluem e não no sentido de satisfazer as demandas sociais deste país – por exemplo, para eliminar a pobreza, para desenvolver a indústria que criaria a igualdade de oportunidades para os negros, para desenvolver as regiões subdesenvolvidas dos Estados Unidos ou para criar moradias adequadas. Mais importante ainda, as empresas não podem investir para satisfazer essas necessidades e ao mesmo tempo, atingir os padrões necessários de lucro, crescimento e risco para o capital investido. As exportações de bens de capital e a demanda militar direcionadas para os produtores de bens de capital, por outro lado, são particularmente vantajosas na medida em que fortalecem e tornam mais lucrativa a estrutura de investimento estabelecida. Contribuem também para uma expansão industrial mais harmoniosa e mais lucrativa para a composição de capital existente. (Magdoff, 2003, p. 80. Tradução nossa)

Por ser o espaço em que se centralizam os instrumentos que permitem a imposição dos projetos das classes dominantes e a atenuação das contradições de determinado padrão de reprodução, o Estado *aparece* como o organizador consciente deste padrão de reprodução do capital, tal sendo a base real da mistificação de que os padrões são resultado da ação teleológica do Estado. Essa inversão é a raiz das teorias que acreditam que estão ao alcance de qualquer país diversas trajetórias de desenvolvimento, cuja

consecução depende única e exclusivamente do consenso entre os cidadãos e da ação do Estado onipotente. Nelas se escondem tanto o caráter classista e as contradições de interesses dos diferentes projetos, em si frutos de acirradas disputas, quanto os limites que o Estado encontra devido às determinações do padrão de reprodução e das articulações de classe a ele associadas.

Ao longo de determinado padrão de reprodução as articulações no interior do bloco no poder podem ser transformadas de acordo com os percalços do mercado mundial, os diferentes ciclos da acumulação, com as consequências do desenvolvimento para as diferentes classes e da conjuntura da luta de classes. A despeito da estabilidade relativa na posição hegemônica de certa classe e das características gerais de seu projeto de desenvolvimento (por exemplo, o processo de industrialização), um padrão *longo* de reprodução do capital abarca transformações significativas da posição relativa de cada classe, fração e setor de classe no interior do bloco no poder, além de mudanças no aparato de Estado e das vias de sua ação. A transição entre padrões longos de reprodução de capital representa a rearticulação mais profunda no interior das classes dominantes, com a emergência de novos grupos hegemônicos e de novas coalizões de interesses no interior do Estado. Representa, como já vimos, uma transição na configuração estrutural do aparato de Estado. Essas mudanças são necessárias porque a execução de determinado projeto de classe e a dinâmica do próprio padrão de reprodução do capital levam a transformações estruturais que conduzem à emergência de novas correlações de força no interior das classes dominantes e abrem espaço para a organização política e engajamento das classes dominadas. Assim, a afirmação prática de todo projeto leva não-teleologicamente ao enfraquecimento dos setores hegemônicos, ou pelo menos de suas antigas formas de afirmação da hegemonia frente às demais classes. Na medida que determinado padrão de reprodução se esgota pelo peso de suas contradições (sejam particulares, sejam pelos impactos da nova fase do mercado mundial) e sua crise se desdobra em uma crise de hegemonia do bloco no poder, nos encontramos diante de uma *crise orgânica*.

As crises orgânicas são momento de acirrada disputa no seio das classes dominantes em torno de qual projeto de desenvolvimento substituirá o que está morrendo. Frente ao horizonte de possibilidades delimitado pelo padrão de reprodução existente, as diferentes frações do grande capital disputam a hegemonia sobre o Estado, visando a utilização do poder político para a abertura e/ou consolidação das novas frentes de acumulação, portanto do *sentido* que irá tomar o novo padrão de reprodução. As crises orgânicas são momentos de grande instabilidade porque, enquanto crises também da hegemonia burguesa, potencializam a capacidade de intervenção e o perigo representado pela classe trabalhadora organizada, o que complexifica a dinâmica de disputas para a conformação de um novo bloco no poder. Assim, a temporalidade das transições e o novo padrão longo de reprodução do capital são variáveis de acordo com o grau de organização e autoconsciência das diferentes classes e com sua capacidade de disputa não só no terreno político, como no ideológico e cultural.

Por fim, devemos evidenciar que os Estados nacionais atuam enquanto instrumento do poder político de capitais de diferentes regionalidades e agem sobre padrões de reprodução diversos. Na medida em que a concorrência real no mercado mundial conduz à desigualdade entre os capitais e estrutura,

como já vimos, formações econômico-sociais e padrões de reprodução distintos, isso significa que os Estados se balizam em torno de diversas configurações das classes dominantes e se expressam em aparatos de Estado também diversos. Mais que isso, evidencia que os Estados contam com um espaço desigual de exercício de seu poder político. As diferentes relações de transferência de valor e subordinação produtiva, monetária e financeira no mercado mundial são reproduzidas também pela ação dos Estados imperialistas sobre o conjunto do sistema de Estados-nação, de maneira a expandir as condições de acumulação das classes que por meio dela executam seus projetos de desenvolvimento. Assim, os países dependentes contam com um grau limitado de soberania frente à estrutura desigual do mercado mundial, aos grandes capitais e aos Estados imperialistas (Osorio, 2012).

Do ponto de vista dos grandes capitais, o uso do Estado para a implementação de determinado projeto de desenvolvimento e reforço do padrão de reprodução a ele vinculado envolve necessariamente a defesa de suas condições de concorrência no mercado mundial. Daí que para os capitais que ocupam as posições de ponta da acumulação mundial, enraizados em formações econômico-sociais imperialistas, o Estado é *insuperável* enquanto instrumento de capacitação tecnológica, de acesso a recursos, de abertura e expansão de mercados, de garantia da flexibilidade de circulação, de criação e de reforço de posições monopolistas mediante a centralização de ativos não-reprodutíveis. Para tanto, ele necessariamente age sobre outras formações sociais e sobre outros Estados, seja se utilizando de meios coercitivos (diretos ou mediados) seja de meios consensuais, a partir da capacidade de articulação e negociação das classes dominantes de diferentes países e da construção de uma institucionalidade supranacional que apresente seus interesses como interesses universais. Os Sistemas Nacionais de Inovação e a construção de um aparato jurídico internacional de defesa das patentes produzidas nos centros de P&D dos EUA são, cada qual a sua maneira, exemplos da importância do Estado para posição dos grandes capitais na concorrência real.

Os grandes capitais (sejam nacionais, sejam estrangeiros) que dão o *sentido* do padrão de reprodução de uma economia dependente contam, assim, com um Estado de soberania restringida. Isso é uma determinação importante para sua capacidade de responder às demandas do padrão de reprodução ou de reagir frente diferentes conjunturas do mercado mundial, sua margem de manobra em meio a crises, quais os instrumentos estão à sua disposição e sob seu controle efetivo. É também um condicionante estrutural de seu apoio à posição concorrencial dos grupos que detém a hegemonia no interior do bloco no poder, sendo o reconhecimento destes limites em si um elemento importante das estratégias de acumulação dos grandes grupos.

Considerações finais

O grande capital, com seu conteúdo dinâmico que buscamos desdobrar a partir das determinações mais gerais da categorização marxista em torno da concorrência real, é o ponto de referência global para a delimitação do sentido do desenvolvimento capitalista em uma formação

econômico-social. Isso é resultado do fato de suas estratégias constituírem o ponto de referência organizativo, tecnológico e produtivo para o conjunto dos capitais. É consequência também da capacidade do Estado capitalista de assegurar as condições objetivas para a assunção destas estratégias e balizar, assim, o sentido do desenvolvimento capitalista de acordo com os interesses do bloco no poder existente. Neste ponto, são as relações de produção, circulação e realização de mercadorias que o grande capital estabelece com o conjunto das classes sociais que constituem o substrato objetivo que baliza as configurações possíveis do bloco no poder. A categoria padrão de reprodução do capital, portanto, não é só a mediação entre o mercado mundial e a formação econômico-social, mas também o elemento que vincula o grande capital e suas estratégias de acumulação com o bloco no poder existente.

A elucidação destes vínculos reais visa facilitar a análise da dinâmica que o grande capital assume em formações econômico-sociais concretas, suas relações com o poder político e com a trajetória particular das demais classes sociais. No final das contas, se trata de facilitar o exercício, sempre prioritário, de compreender a realidade social em sua totalidade de determinações, para assim delimitar com o maior rigor possível os interesses objetivos e horizontes estratégicos das diversas classes.

Referências:

BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica**: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Niterói: Eduff, 2016.

CORRÊA, Hugo. **Teorias do imperialismo no século XXI**: (in)adequações do debate no marxismo. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

HUSSEIN, Awnar. Hilferding's Finance Capital. **Bulletin of the Conference of Socialist Economists**, vol. V, 1-18, 1976.

LENIN, Vladimir I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento**: sonho e fracasso. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1988.

MAGDOFF, Harry. **The age of imperialism**: the economics of US foreign policy. Nova Iorque: NYU Press, 1969.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre el patrón de reproducción de capital em Chile. **Cuadernos CIDAMO**, n. 7, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In.: FERREIRA, C; OSORIO, J; LUCE, M. (orgs). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In.: FERREIRA, C; OSORIO, J; LUCE, M. (orgs). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

SOUZA, Nilson A. **Crisis y lucha de clases en Brasil: 1974-1978**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Nacional Autónoma de México, Faculdade Nacional de Economia, Cidade do México, 1980.

Notas

¹ Mestre em Ciência Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4250942525671338>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6418-1723>. E-mail: gabosenra@gmail.com.

Recebido em: 15 de mar. 2024

Aprovado em: 25 de nov. 2024